

# DESEMPENHO DO SETOR LÁCTEO BRASILEIRO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL<sup>1</sup>

---

Valquíria da Silva<sup>2</sup>  
Rosana de Oliveira Pithan e Silva<sup>3</sup>  
Carlos Nabil Ghobril<sup>4</sup>

**RESUMO:** Avaliar o padrão de competitividade de um país no comércio mundial é fundamental para orientar a formulação e condução de políticas públicas que melhor explorem as diferenças internacionais na oferta e demanda de produtos e fatores. Para o setor de lácteos a dimensão do mercado e políticas protecionistas exigem que a produção brasileira seja eficiente para assegurar bom desempenho interno e externo desse importante segmento. O objetivo do artigo foi analisar o fluxo de comércio do país para o setor frente a seus principais parceiros e/ou concorrentes e a evolução de sua posição no mercado mundial, de 1996 a 2005. A evolução foi positiva conforme mostraram os desempenhos da balança comercial e dos indicadores de Posição e de Vantagem Competitiva. As mudanças estruturais, ocorridas na década de 1990, reorientação da política comercial para coibir importações desleais em 2001 e a procura de novos mercados estão entre os principais fatores explicativos.

**Palavras-chave:** vantagem comparativa, competitividade, comércio internacional de lácteos, indicadores de desempenho.

## THE BRAZILIAN MILK SECTOR PERFORMANCE IN THE GLOBAL TRADE OVER 1996-2005

**ABSTRACT:** Assessing a country's competition pattern in the world trade is essential to guide the formulation and implementation of public policies that best explore the international differences in the offer and demand of products and factors. Market dimension and protectionist policies in the milk sector demand that the Brazilian production be efficient to assure good internal and external performance. This article aimed to analyze Brazil's trade flow with its major partners/competitors and its world market position evolution over 1996-2005. The trade balance and the Position and Competitive Advantage indicators performance show a positive evolution mainly due to the structural changes undertaken in the 90s, the reorientation of trade policies in 2001 to restrain disloyal import practices and the search for new markets.

**Key-words:** comparative advantage, competitiveness, international milk trade, performance indicators.

**JEL Classification:** F02, F13, F19.

---

<sup>1</sup>Registrado no CCTC, ASP-26/2006.

<sup>2</sup>Engenheira Agrônoma, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: valsilva@iea.sp.gov.br).

<sup>3</sup>Socióloga, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: rpithan@iea.sp.gov.br).

<sup>4</sup>Administrador, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: nabil@iea.sp.gov.br).

## 1 - INTRODUÇÃO

De acordo com as estatísticas da Organização para a Agricultura e a Alimentação das Nações Unidas (FAO - Food and Agriculture Organization), o volume mundial produzido de leite passou de 545,4 milhões para 629,1 milhões de toneladas de 1996 para 2005, com destaque para o crescimento da produção e do consumo na Ásia, principalmente na Índia e no Paquistão. O desempenho da produção no continente asiático resultou no aumento de sua participação de 27,4% para 33,0% no volume mundial nesse período, enquanto a Comunidade Européia (CE)<sup>5</sup>, tradicional centro produtor e consumidor de produtos lácteos, apresentou retração de 23,1% para 19,8%.

A evolução da produção brasileira de 19,2 milhões para 23,5 milhões de toneladas assegurou ao país ligeiro crescimento em sua participação no volume mundial de leite registrado pela FAO, isto é, de 4,1% para 4,4% de 1996 para 2005, ao mesmo tempo em que o desempenho do MERCOSUL<sup>6</sup> variou de 5,7% para 5,3%.

Uma característica importante do segmento produtor de leite no mundo é que na maioria dos países os mercados estão organizados em nível nacional o que, aliado à imposição de normas sanitárias rígidas, confere dimensão reduzida ao comércio internacional dos produtos lácteos (CCE, 2002). Assim, comparando-se os volumes transacionados<sup>7</sup> com os produzidos no período 1996-2004<sup>8</sup>, constata-

se que apenas cerca de 12,0% da produção mundial de leite é comercializada, sendo a maior parte desse volume constituída por produtos como manteiga, queijo e leite em pó.

A dimensão do mercado, o pequeno número de nações presentes e a sustentação de políticas protecionistas, notadamente através de subvenção às exportações como ainda ocorre na CE, exigem que a produção brasileira seja extremamente eficiente e competitiva, com uma condução correta e atenta de políticas públicas, para assegurar o bom desempenho desse importante segmento produtor no País<sup>9</sup> e sua maior inserção no comércio mundial. Acompanhar e analisar a *performance* do mercado internacional de lácteos e do País aparece como fundamental para o processo de aprofundar as competências da produção interna de produtos lácteos frente à concorrência externa.

Os objetivos deste estudo são, portanto, analisar o fluxo de comércio do setor de lácteos brasileiro frente a seus principais parceiros e/ou concorrentes e a evolução da posição do País no mercado mundial por meio de indicadores de competitividade.

## 2 - COMÉRCIO INTERNACIONAL E COMPETITIVIDADE: indicadores de avaliação

No atual contexto de aceleração da globalização, de crescimento na regionalização e de especialização das economias, tornar-se mais competitivo no comércio internacional resulta em benefícios internos que podem advir tanto do aumento das exportações como de redução das necessidades de importação (SILVA; ANEFALOS; REIS FILHO, 2001). E, para avaliar o padrão de competitividade de um país, a elaboração de indicadores, comparáveis no tempo e no espaço, é fundamental.

<sup>5</sup> A denominação Comunidade Européia (CE) é empregada para as atividades do comércio internacional, enquanto a de União Européia (UE) está relacionada às atividades de política internacional. Em função da disponibilidade das informações básicas empregadas no estudo e do fato de a expansão da UE para 25 membros ter ocorrido apenas em 2004, optou-se pelas estatísticas da CE com a formação de 15 membros.

<sup>6</sup> Esses resultados se referem às estatísticas agregadas para Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, visto que a Venezuela tornou-se estado-membro apenas em 04/07/2006.

<sup>7</sup> Volume comercializado no comércio mundial computado em equivalente-leite.

<sup>8</sup> Existe uma defasagem temporal de um ano entre as estatísticas da FAO sobre produção e comércio mundial de produtos agropecuários.

<sup>9</sup> Conforme informações extraídas de <<http://www.cnp.gl.embrapa.br>>, em 03 maio 2005, caracterizam o setor a movimentação anual em torno de US\$10 bilhões; o emprego de cerca de 3 milhões de pessoas, das quais mais de 1 milhão são produtores; e a produção de aproximadamente 21 bilhões de litros de leite por ano. E, mantida a taxa de crescimento de 3,6% a.a., o volume produzido deverá atingir 30 bilhões de litros em 2010.

Na teoria econômica sobre o comércio, um importante conceito utilizado para explicar as trocas no mercado mundial, avaliar a competitividade e serviu como fundamento na elaboração de indicadores, é o de vantagem comparativa, que justifica a especialização internacional pela presença de disparidades entre as nações (LAFAY, 1987).

Para Vollrath (1991), medidas empíricas de vantagem comparativa agregada podem orientar a direção global que o investimento e o comércio de um país devem tomar para melhor explorar as diferenças internacionais na oferta e demanda de produtos e fatores. E medidas desagregadas podem ser usadas para avaliar padrões de especialização socialmente desejáveis junto a determinadas linhas de produtos.

Lafay (1987) e Lafay et al. (1999) consideram que a influência das diferenças na dotação de fatores - relativas ou absolutas - sobre a especialização das trocas pode ocorrer de forma seletiva ou generalizada, isto é, entre diferentes produtos em um determinado país ou entre países (concorrentes externos), respectivamente.

Especificamente em relação à análise de vantagem comparativa/competitiva de um país em relação a seus concorrentes no mercado internacional, pode-se empregar diferentes níveis de agregação para as áreas de referência, quais sejam, global, regional e/ou restrita ao comércio bilateral entre dois parceiros comerciais.

Historicamente, dentre os indicadores baseados no fluxo de comércio e utilizados para analisar o comportamento das exportações de um país, destaca-se o apresentado por Balassa (1965), que por entender ser a vantagem comparativa resultante de vários fatores, alguns mensuráveis e outros não, considerava que em vez de se criar princípios gerais e aplicá-los para explicar os fluxos atuais de comércio, deveria ser tomado como ponto de partida o padrão observado (dados pós-comércio) (HOEN e OOSTERHAVEN, 2004).

O indicador originalmente proposto por Balassa (1965), denominado Vantagem Comparativa Revelada (VCR), considera apenas as exportações e é restrito em termos de mercadorias e países empre-

gados como área de referência (VOLLRATH, 1991). Isto é, avalia o comportamento das exportações de um dado país para uma determinada mercadoria em relação a suas exportações totais e à correspondente *performance* exportadora dessa mesma mercadoria para um conjunto de países.

Ao se considerar que a utilização de informações apenas sobre as exportações resultaria em uma visão unilateral do comércio internacional de um determinado país, alguns autores defendem o emprego de indicadores baseados também em dados de importação, assim como no saldo comercial registrado (LAFAY, 1999; VOLLRATH, 1989 e 1991).

A justificativa para a inclusão dos dados de importação é que as distorções protecionistas<sup>10</sup>, alegadas por Balassa (1965), perderam importância relativa, visto que medidas de proteção passaram a ocorrer também do lado das exportações, além dos esforços que vêm sendo realizados para liberalizar o comércio mundial (LAFAY, 1987).

No entanto, Fertő e Hubbard (2001) ao analisarem as propriedades de diversos indicadores de especialização - entre eles o de VCR proposto por Balassa (1965) e o de Competitividade Revelada de Vollrath (1989; 1991), que inclui as importações - concluíram não haver diferença significativa entre eles, isto é, todos se mostraram mais consistentes como medidas ordinária e binária do que como medida cardinal e eram adequados para avaliar indiretamente a vantagem comparativa.

### 3 - METODOLOGIA

As estatísticas básicas foram obtidas junto à Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior (MDIC/SECEX, 2006) para a análise do fluxo de comércio e de desempenho por categoria de produto e ao banco de dados da FAO (FAOSTAT, 2006) para o cálculo dos indicadores de competitividade. A dis-

<sup>10</sup> Estabelecimento de subsídios, cotas, tarifas, acordos preferenciais, etc.

ponibilidade de informações nos respectivos bancos de dados definiu anos finais distintos nos períodos considerados para análise, isto é, 1996-2005 para o comportamento dos fluxos e 1996-2004 para avaliação dos indicadores.

As informações sobre origem e destino das trocas internacionais do setor de lácteos brasileiro foram empregadas na análise do comportamento dos fluxos em termos de parceiros comerciais, com emprego de cálculo de participação nos volumes totais transacionados. A definição dos parceiros selecionados teve como critério representarem em conjunto, na média, 90,0% do valor das trocas brasileiras.

Do lado das importações foram considerados ALADI<sup>11</sup> exclusive MERCOSUL e México, ANZCERTA<sup>12</sup>, Comunidade Européia, EFTA<sup>13</sup>, MERCOSUL exclusive Brasil, NAFTA<sup>14</sup>, que responderam por praticamente 100% dos montantes transacionados no período analisado. Para as exportações foram ainda considerados os seguintes destinos: África, exclusive Oriente Médio<sup>15</sup>, e Oriente Médio<sup>16</sup>.

A partir das estatísticas da FAO em equivalente-leite, e com foco na competitividade do país no mercado internacional, foram empregados os indicadores de Posição Relativa no Mercado (POS), de Vantagem Relativa de Comércio (VRC) e de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (VCRS). Os dois primeiros possuem abrangência global, isto é, fornecem informações sobre o desempenho brasileiro em relação ao comércio mundial (área de referên-

cia é o mundo), enquanto para o VCRS a agregação da área de referência é em nível regional.

A posição de uma nação ( $i$ ) no mercado internacional de um produto ( $k$ ) resulta de seu saldo comercial ( $X_{ik}^n - M_{ik}^n$ ) em relação às trocas totais realizadas no mundo para o referido produto ( $W_k^n$ )<sup>17</sup>, num determinado ano ( $n$ ):

$$POS_{ik}^n = 100 \times \frac{X_{ik}^n - M_{ik}^n}{W_k^n}$$

Em uma economia e para um dado produto, esse indicador depende de variáveis macroeconômicas (crescimento, inflação, taxa de câmbio), de características estruturais da produção e de consumo do produto (preços relativos ou outros elementos de competitividade), de distorções introduzidas por políticas públicas (subsídio à exportação e/ou barreiras à importação), assim como do peso econômico desse país no cenário internacional (LAFAY et al., 1999).

O indicador de Vantagem Relativa de Comércio (VRC) é um dos três propostos por Vollrath (1991)<sup>18</sup> como medida alternativa ao de Vantagem Comparativa Revelada (VCR):

$VRC_a^i = VRE_a^i - VRI_a^i$ , onde:

$$VRE_a^i = (X_a^i / X_n^i) / (X_a^r / X_n^r) \text{ e}$$

$$VRI_a^i = (M_a^i / M_n^i) / (M_a^r / M_n^r)$$

tal que,

VRE e VRI correspondem à Vantagem Relativa na Exportação e Vantagem Relativa na Importação, respectivamente;  $i$  se refere ao país em foco e  $r$  ao

<sup>11</sup> Associação Latino-Americana de Integração, composta por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

<sup>12</sup> Acordo Comercial sobre Relações Econômicas entre Austrália e Nova Zelândia.

<sup>13</sup> Associação Européia de Livre Comércio, composta por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

<sup>14</sup> Acordo de Livre Comércio da América do Norte, firmado entre Canadá, Estados Unidos da América e México.

<sup>15</sup> Denominação utilizada na SECEX para os dados referentes ao continente africano.

<sup>16</sup> Inclui os países: Afeganistão, Arábia Saudita, Barhein, Catar, Chipre, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Síria e Turquia.

<sup>17</sup> Note-se que o valor de  $W_k^n$  refere-se à média entre o valor total das exportações e das importações mundiais do produto  $k$ .

<sup>18</sup> A escolha decorreu de argumento apresentado pelo próprio autor (VOLLRATH, 1991, p.277), que considera o VRC o mais adequado quando se trabalha com baixo nível de agregação de commodities. Como não requer que um país exporte e importe a mesma mercadoria, seu padrão de comportamento não é dominado por valores extremamente pequenos de exportação ou de importação da mercadoria específica.

mundo menos o país  $i$ ; e o subscrito  $a$  corresponde a uma mercadoria específica, enquanto  $n$  ao conjunto de *commodities* exceto a mercadoria específica.

Um valor positivo de  $Vrc$  revela que o país  $i$  apresenta vantagem comparativa para a mercadoria  $a$ , enquanto um valor negativo revela desvantagem desse país no mercado mundial.

Para a análise da dinâmica do comércio brasileiro no contexto regional a definição das áreas de referência teve como critério selecionar os principais *traders* no comércio internacional de lácteos. Isto é, buscou-se analisar o desempenho do país em relação a seus principais parceiros e/ou concorrentes no mercado internacional, quais sejam, ANZCERTA, MERCOSUL exclusive Brasil, NAFTA e Comunidade Européia. Nesse caso, foi adotado o indicador de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (VCRS) proposto por Dalum et al. (1998):

$$VCRS = (B - 1) / (B + 1), \text{ sendo}$$

$$B = (X_a^i / X_r^i) / (X_a^s / X_r^s)$$

tal que,

$B$  equivale ao  $VCR$  proposto por Balassa (1965);  $X$  representa o valor das exportações;  $r$  corresponde a um conjunto de mercadorias; e  $s$  representa um conjunto de países. Os valores de  $VCRS$  estão compreendidos no intervalo  $(-1, 1)$ , sendo que valores positivos indicam que o país apresenta vantagem comparativa revelada, e desvantagem se negativo.

Destaca-se que a correção realizada no valor de  $VCR$  tem como objetivo eliminar problemas que decorrem de sua assimetria. Isto é, o fato de  $B$  variar de 1 a infinito para produtos em que o país apresenta vantagem comparativa revelada, mas apenas de zero a 1 para as mercadorias com desvantagem comparativa, implica que o peso dos setores com  $B > 1$  será superestimado comparativamente aos setores com  $B < 1$ . Portanto, com a simetria, mudanças nos valores de  $B$  acima da unidade têm o mesmo peso que mudanças abaixo de 1.

Finalmente, Laursen (1998), em sua análise sobre o  $VCR$  e medidas alternativas de especialização internacional, baseada em discussão teórica sobre as

propriedades desse indicador assim como em evidências empíricas, também conclui que esse deve ser sempre ajustado no sentido de tornar-se simétrico.

## 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 - Análise de Fluxo

Inicialmente destaca-se a evolução positiva do setor de produtos lácteos brasileiros no mercado internacional, que da condição de importador passou para exportador líquido, no período 1996 a 2005, com saldo negativo de US\$495,0 milhões e positivo de US\$8,9 milhões, respectivamente.

Embora o país tenha apresentado saldo comercial favorável apenas a partir de 2004, a melhora na *performance* exportadora tem início em 2001 (Figura 1). Ao mesmo tempo, o movimento de queda na importação, que teve início em 1998, apresentou retração mais acentuada de 2000 para 2001.

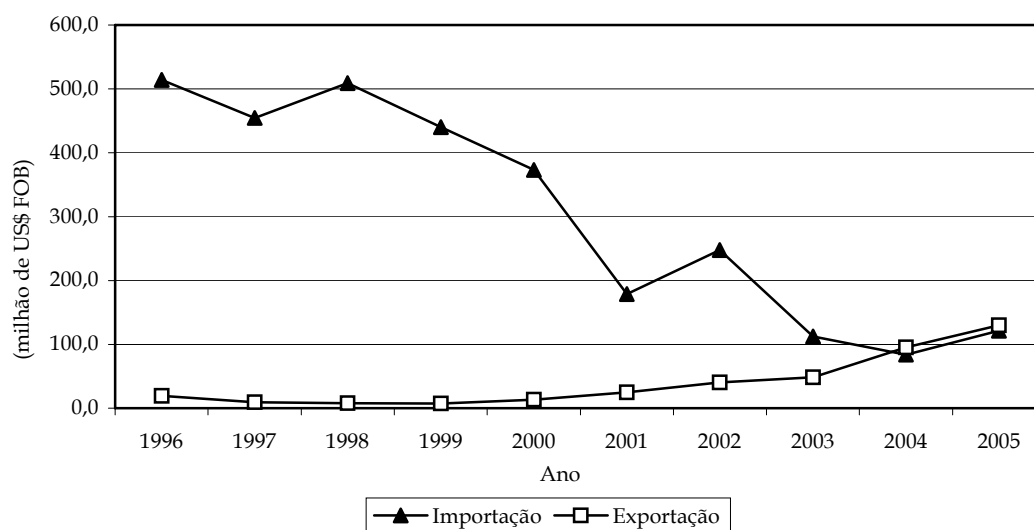
Esses resultados têm relação direta com o ganho de competitividade dos produtos lácteos brasileiros, com o avanço, a partir de 2003, nas transações externas de produtos com maior valor agregado e com a conquista de novos mercados.

Com relação à competitividade foram fundamentais as mudanças estruturais promovidas pelos agentes da cadeia. Do ponto de vista técnico, os investimentos em pesquisas, alimentação do rebanho, genética, informática e qualidade da matéria-prima, além da implantação de estratégias pelas entidades de classe para disseminação do conhecimento e do crescimento da organização dos produtores, resultaram no expressivo crescimento da produção<sup>19</sup> e na, praticamente, eliminação de sazonalidade de entressafra (OMAIRI; VIALTA; LERAYER, 2002)<sup>20</sup>.

O crescimento das exportações de produtos com maior valor agregado pode ser verificado pelo

<sup>19</sup>Taxa de crescimento registrada de 3,6% a.a., a qual deverá ser mantida nos próximos dez anos.

<sup>20</sup>Quanto menor a entressafra, menor a necessidade de importar para regular o desequilíbrio provocado entre oferta e demanda.



**Figura 1** - Exportação e Importação de Produtos Lácteos, Brasil, 1996-2005.  
Fonte: Dados básicos do MDIC/SECEX.

exame da evolução das exportações por categoria de produto. Nesse sentido, tem-se que de 1996 a 2002 houve aumento de 0,2% para 9,4% na participação das vendas externas de “leite e creme de leite não concentrado (UHT)” no total exportado de produtos lácteos pelo país. Ao mesmo tempo, as exportações de “leite e creme de leite concentrado (leite em pó)” apresentaram retração na participação de 80,4%, em 1996, para 33,1% em 2001. Em 2005, essas duas categorias participaram com 1,7% e 72,0%, respectivamente. Além disso, a partir de 2003 também cresceu a participação das exportações de “queijos e requeijão” no total exportado pelo setor de lácteos.

Outro fator explicativo importante decorreu de mudança na condução da política de defesa comercial brasileira em fevereiro de 2001, através da Resolução n. 1 da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para combater as exportações desleais oriundas da Argentina, Comunidade Européia (CE), Nova Zelândia e Uruguai. Por essa Resolução, foi fixado o direito *antidumping*

definitivo sobre as importações de leite em pó, integral e desnatado, não fracionado, ou seja, em embalagens não destinadas a consumo no varejo, sobre as importações originárias da CE (de 14,8% para todas, à exceção da empresa Arla Foods), Nova Zelândia (3,9%) e Uruguai (16,9%), assim como, homologado o Compromisso de Preços para as provenientes da Argentina e da Arla Foods. A aplicação desse direito, na prática, resultou em tarifas de 30,9% e de 41,8% para as empresas da Nova Zelândia e da CE que não assinaram o acordo de preços mínimos, dada a alíquota de 27% fixada para o leite em pó na lista de exceções à Tarifa Externa Comum (TEC) do MERCOSUL. Na sequência, foram também fixados compromissos de preços com empresas do Uruguai. Em setembro de 2002 o soro de leite, ao ser incluído na lista de exceções a TEC (tarifa de 27%), foi equiparado ao leite em pó e aos queijos.

De 2004 para 2005, a redução verificada no saldo comercial do setor de lácteos resultou de maior crescimento nas importações (44,4%) frente às exportações (36,4%), o que não ocorria desde 2000. Essa

ligeira reversão tem entre seus determinantes a sobrevalorização mais acentuada da moeda brasileira ocorrida nesse período, visto que, tudo o mais constante, uma moeda mais forte tende a favorecer o aumento das importações, a inibir as exportações e, conseqüentemente, a reduzir o superávit comercial.

A análise sobre a origem e destino das transações brasileiras com produtos lácteos no mercado internacional permite constatar a influência da assinatura de acordos comerciais sobre a *performance* da balança comercial de um país (deslocamento das trocas para o mercado preferencial). Assim, do lado das exportações, o MERCOSUL deslocou os países da ALADI (exclusive países do MERCOSUL e México) da posição de principal destino das vendas efetuadas no período 1997-2001 (Tabela 1). A grave crise econômica que explode na Argentina no final de 2001<sup>21</sup>, segundo maior mercado consumidor entre os países signatários, aliada à Resolução n. 1 da CAMEX, certamente é um dos fatores que contribuiu para a queda verificada na participação do bloco nas vendas externas de lácteos do Brasil.

Nesse sentido, a partir de 2002, o Brasil aprofunda o processo de diversificar seu mercado. Assim, destaca-se o crescimento das exportações para o continente africano, cuja participação em 1996 era de apenas 0,1% no total comercializado, com um salto para 19,4% em 1999 e em 2005 atingiu 40,3%, quando se tornou o principal centro comprador. Essa diversificação também pode ser constatada na evolução da participação dos demais destinos que evoluiu de 1,4% para 22,4% de 1996 para 2005. Entre os países e/ou regiões considerados nesse grupo, destaca-se o comportamento das vendas efetuadas para o Oriente Médio, que de 1996 a 2000 eram nulas e em 2004 atingiram 20,7%.

Dois importantes parceiros comerciais para os produtos agrícolas do Brasil, NAFTA e, principalmente, Comunidade Européia apresentaram comporta-

mentos distintos. As vendas para o bloco norte-americano, que eram inconstantes e baixas, passam a evoluir positivamente a partir de 2001 até 2004, quando atingiram 18% do valor exportado pelo país. A melhora na *performance* exportadora nesse bloco, provavelmente, está relacionada ao ganho de competitividade dos produtos brasileiros comparativamente ao do referido bloco. Quanto à CE, os melhores e significativos desempenhos ocorreram até 1997 (suas compras representavam cerca de 10,0% do valor das exportações do setor). A partir de 1998, sua participação sempre foi inferior a 0,5% atingindo apenas 0,03% em 2005.

O efeito mercado preferencial gerado por acordos de cooperação é mais acentuado ainda no caso das importações brasileiras. Assim, o MERCOSUL se destaca como principal origem e sua participação no valor total adquirido em produtos do setor, pelo Brasil, passou de 62,2% em 1996 para 81,0% em 2005 (Tabela 2). Ou seja, embora as medidas contidas na Resolução n. 1 da CAMEX tenha contribuído para coibir a importação desleal de produtos lácteos, seu efeito ocorreu fundamentalmente sobre os parceiros extrabloco, como a CE, cuja participação nas importações nacionais, que era de 17,4% em 1996 e de 15,0% em 2001, atingiu 10,1% em 2005. O mesmo se aplica às importações provenientes do NAFTA, cuja participação que era de 4,4% no início do período analisado caiu para 3,3% em 2005, depois de ter atingido 1,0% em 2003 e 2004.

Outra queda importante a ser registrada se refere à participação do bloco ANZCERTA, que depois de ter atingido 15,4% em 1997, apresenta desempenho instável, atingindo apenas 4,0% no último ano da série.

Os resultados para o saldo comercial brasileiro, para essa categoria de produtos frente a esses parceiros comerciais, refletem as discussões apresentadas acima sobre as exportações e importações. Isto é, destacam-se os desempenhos positivos obtidos com a África exclusive Oriente Médio, ALADI exclusive MERCOSUL e México, NAFTA e Oriente Médio, ao longo do período considerado (Tabela 3).

<sup>21</sup>Os fatores que estavam por trás da crise Argentina eram o descontrole dos gastos públicos, a explosão da dívida pública e a paridade cambial (preços internos atrelados ao dólar).

**Tabela 1** - Participação no Valor Total das Exportações Brasileiras do Setor de Produtos Lácteos, Áreas Seleccionadas, 1996-2005

(em %)

Item	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
África exclusive Oriente Médio	0,1	5,1	5,9	19,4	24,0	28,7	33,4	35,1	35,4	40,3
NAFTA	1,7	0,3	0,3	7,1	3,5	7,9	14,4	18,4	9,0	10,3
Comunidade Européia	10,2	10,0	0,01	0,4	0,01	0,4	0,4	0,3	0,1	0,03
ALADI exc. MERCOSUL e México	69,0	24,2	31,8	10,8	4,3	6,3	5,2	12,8	14,2	20,9
MERCOSUL	17,5	29,8	55,7	59,3	60,2	46,9	23,2	10,2	6,2	6,0
Demais destinos	1,4	30,6	6,3	3,0	8,0	9,8	23,3	23,1	35,0	22,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados básicos extraídos do MDIC/SECEX.

**Tabela 2** - Participação no Valor Total das Importações Brasileiras do Setor de Produtos Lácteos, Áreas Seleccionadas, 1996-2005

(em %)

Item	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
ANZCERTA	14,7	15,4	12,0	4,2	4,6	7,4	7,6	5,6	2,9	4,0
NAFTA	4,4	2,4	2,9	2,1	1,9	3,4	2,2	1,0	1,0	3,3
EFTA	0,7	0,5	0,4	0,3	0,4	0,7	0,4	0,5	1,2	0,9
Comunidade Européia	17,4	14,1	14,6	7,8	12,1	15,0	7,3	11,2	9,3	10,1
ALADI exc. MERCOSUL e México	0,1	1,8	0,8	0,0	0,4	0,1	2,5	1,4	0,2	0,7
MERCOSUL	62,2	65,8	69,3	85,5	80,6	73,4	80,1	80,3	85,4	81,0
Total	99,5	99,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados básicos extraídos do MDIC/SECEX.

**Tabela 3** - Saldo da Balança Comercial Brasileira do Setor de Produtos Lácteos, Áreas Seleccionadas, 1996-2005

(US\$ mil)

Item	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
ANZCERTA	-75.686	-69.964	-60.931	-18.697	-17.141	-13.292	-18.739	-5.854	-2.286	-4.630
África exc. Oriente Médio	28	482	477	1.348	3.203	7.173	13.454	17.038	33.805	52.491
NAFTA	-22.050	-10.699	-14.751	-8.706	-6.768	-4.089	376	7.870	7.744	9.442
ORIENTE MÉDIO	-2.245	-228	-33	-100	0	55	1.565	6.376	19.723	7.738
EFTA	-3.575	-2.279	-2.216	-1.499	-1.386	-1.165	-331	-571	-973	-714
Comunidade Européia	-87.564	-63.314	-74.424	-34.091	-45.013	-26.678	-17.999	-12.456	-7.684	-12.201
ALADI exc. MERCOSUL e México	12.558	-5.839	-1.337	721	-1.008	1.330	-4.030	4.594	13.346	26.327
MERCOSUL	-316.544	-296.151	-348.019	-371.630	-292.783	-119.309	-188.891	-85.220	-65.710	-90.401

Fonte: Dados básicos extraídos do MDIC/SECEX.

## 4.2 - Análise de Competitividade

A evolução do indicador de Posição (POS) brasileiro é apresentada na figura 2. Cabe destacar que este indicador fornece uma medida da competitividade internacional entre países. Portanto, embora tenha sido calculado apenas para o setor de lácteos do país, ao ser referenciado ao comércio mundial desses produtos, relaciona seu desempenho *vis-à-vis* aos demais *traders* mundiais.

O exame da figura 2 mostra que, embora os resultados tenham permanecido negativos até 2003, a partir de 2001 o desempenho do setor apresentou forte recuperação frente aos demais concorrentes no mercado internacional, com esse indicador tornando-se positivo em 2004 (0,012), ante o valor de -1,74 registrado em 1996.

Em termos de participação no mercado mundial (*market-share*), as exportações do setor evoluíram de 0,06% para 0,24%, de 1996 para 2004, reforçando as evidências apontadas pelo indicador de Posição de avanço na competitividade na cadeia de lácteos do país.

A comparação entre o desempenho brasileiro e dos principais *traders* mundiais pode ser visualizada na figura 3, que apresenta a evolução do indicador de Vantagem Relativa de Comércio (VRC). Inicialmente, destaca-se a inversão nas posições entre o bloco ANZCERTA e a CE, como os mais eficientes no comércio mundial. Além disso, enquanto para o primeiro há crescimento no desempenho no período 1999 a 2003, comportamento oposto ocorre com a Comunidade Européia. Em 2004 as duas regiões apresentaram inflexão negativa.

Enquanto para o NAFTA o desempenho do indicador permaneceu praticamente estável no período considerado, para o Brasil, ainda que os resultados tenham apontado desvantagem comparativa (sinal negativo do indicador), a evolução se mostrou favorável se considerados os resultados de -1,41 e -0,35 em 1996 e 2004, respectivamente. Nesse último ano, inclusive, o resultado do país iguala-se ao desempenho do bloco norte-americano. Destaca-se, ainda, o registro do pior resul-

tado do indicador em 1999, ou seja, o comportamento verificado nesse caso também confirma a mudança para melhor no desempenho da produção nacional de lácteos nesse início de século XXI.

A análise de vantagem comparativa do país em relação às áreas selecionadas, resultado da elaboração do indicador de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (VCRS), mostrou que, apesar de desvantagem comparativa, o melhor desempenho relativo (evolução do indicador no tempo) do comércio brasileiro ocorreu frente ao NAFTA, seguido do MERCOSUL exceto Brasil. Contudo, ainda que em magnitudes menores, o desempenho também foi favorável nas demais áreas de referência (Figura 4). Novamente, inflexões no comportamento das curvas ocorreram a partir de 1999, com melhora generalizada no desempenho brasileiro em relação a todas as áreas consideradas como referência.

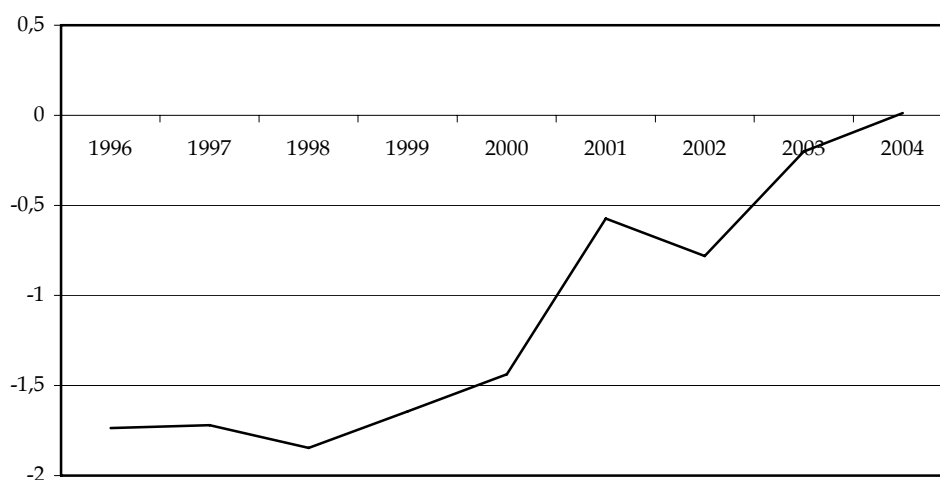
## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, o que se observa no cenário internacional é uma determinação dos países e/ou zonas de obterem vantagens competitivas construídas por meio da adoção de práticas protecionistas, contrariando o princípio de maior eficiência econômica como principal regulador das trocas.

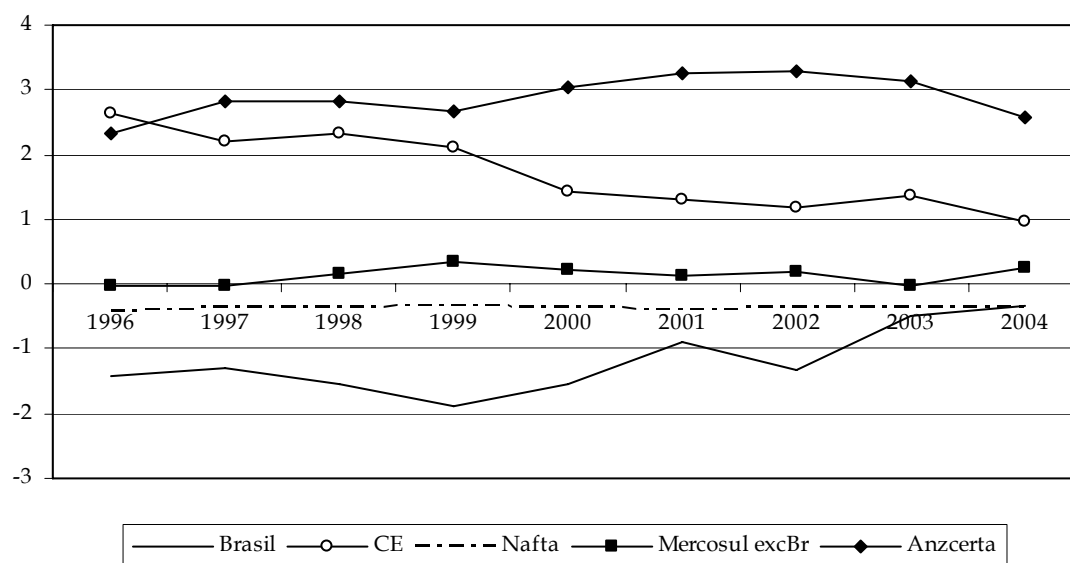
Há muita resistência em alterar esse padrão secular de comportamento, particularmente no caso de produtos agrícolas, conforme mostra a dificuldade que ocorre na Organização Mundial do Comércio (OMC) para a assinatura de novo pacto regulador do comércio internacional (decisão por consenso).

Nesse sentido, a evolução do desempenho brasileiro do setor de lácteos no mercado internacional esteve intrinsecamente relacionada à condução das políticas públicas interna e externamente.

No período considerado destaca-se a importância das mudanças estruturais observadas na dinâmica interna do setor, ocorridas no início da década de 1990, para a determinação dos agentes em buscar maior eficiência na esfera produtiva. Assim, a dinâ-



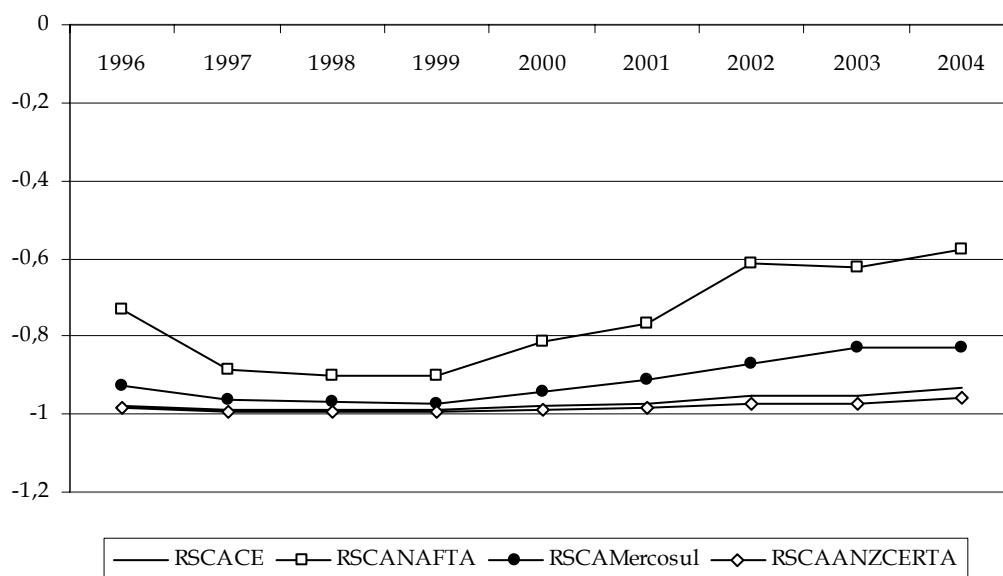
**Figura 2** - Indicador de Posição no Mercado Mundial do Setor de Produtos Lácteos do Brasil, 1996-2004.  
Fonte: Dados básicos da FAOSTAT (2006).



**Figura 3** - Vantagem Relativa de Comércio do Setor de Lácteos, 1996-2004.  
Fonte: Dados básicos da FAOSTAT (2006).

mica foi influenciada, principalmente, pela abertura comercial e instituição e consolidação do MERCOSUL, desregulamentação da produção e comercialização, crescente exigência do segmento industrial em matéria-prima de melhor qualidade, aceleração do pro-

cesso de concentração, por meio de fusões e aquisições de laticínios e também de supermercados no segmento varejista, estabilização da moeda após o Plano Real e vertiginoso crescimento da oferta de leite longa vida (SILVA et al., 2003).



**Figura 4** - Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (VCRS) do Setor Lácteo Brasileiro em relação a Regiões Seleccionadas, 1996-2004. Fonte: Dados básicos da FAOSTAT (2006).

Esse processo teve como consequência importante o crescimento sustentado da oferta<sup>22</sup> que possibilitou maior cobertura no atendimento da demanda interna (redução na necessidade de importação) e gerou excedente para exportação em condições de competir no ambiente externo, com consequente melhora no saldo da balança comercial desse segmento.

Outra medida positiva, datada do início dos anos 2000, ocorreu no âmbito da política comercial e diz respeito a decisões tomadas para conter as importações desleais oriundas, notadamente, da Comunidade Européia<sup>23</sup> onde o setor de lácteos permanece fortemente sustentado por políticas prote-

cionistas. Os reflexos sobre o comportamento da balança, avaliados pela evolução do saldo comercial assim como dos indicadores de vantagem comparativa, foram claramente evidenciados conforme análise realizada.

Efeito negativo decorreu da estratégia de política macroeconômica de controle da inflação através da sustentação de taxas de juros elevadas, que teve como uma de suas consequências contribuir para a sobrevalorização do real e, consequentemente, favorecer as importações do país.

Do lado externo, além do efeito de importações desleais decorrentes de medidas protecionistas nos países de origem, destacou-se a crise econômica ocorrida na Argentina resultante, entre outros fatores, da condução equivocada de sua política cambial que, de um lado, foi suficiente para reduzir as exportações brasileiras para o MERCOSUL, bloco do qual o país é signatário. Por outro, esse quadro desfavorável no mercado preferencial estimulou a procura de novos mercados, conforme crescimento verificado na participação do Continente Africano, que se tornou o principal comprador do setor de lácteos brasi-

<sup>22</sup> Além dos ganhos de produtividade, foi também importante para esse desempenho a abertura de novas fronteiras, como a Região do Cerrado e regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em Minas Gerais e de regiões consideradas emergentes como Rondônia, Mato Grosso e sul do Pará.

<sup>23</sup> Há que se considerar, contudo, que as reformas empreendidas na Política Agrícola Comum (PAC), a partir da década de 1990, para reduzir o protecionismo agrícola, certamente estão na origem da perda da supremacia do bloco como principal exportador no mercado internacional desses produtos.

leiro e nas vendas para o Oriente Médio.

Em resumo, a resposta adequada dos agentes privados ao novo ambiente institucional, a correção no rumo de política pública setorial, a adoção de ajuste interno para corrigir distorções externas e a estratégia de diversificação de mercado estão na origem do desempenho positivo do setor, interna e externamente.

## LITERATURA CITADA

- BALASSA, B. trade liberalization and "revealed" comparative advantage. **The Manchester School of Economic and Social Studies**, v. 33, p. 99-123, 1965.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS-CEE. **Relatório sobre as quotas leiteiras**. Bruxelas: SEC, 2002. (Documento de Trabalho da Comissão, 789.). Disponível em: <[http://ec.europa.eu/agriculture/mtr/milkrep/text\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/mtr/milkrep/text_pt.pdf)>.
- DALUM, B. et al. Structural change in OECD export specialisation patterns: despecialisation and "stickiness". **International Review of Applied Economics**, Reino Unido, v. 12, p. 423-443, Sept. 1998. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/a/taf/irapec/v12y1998i3p423-43.html>>.
- FAO. FAOSTAT database. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em: jun. 2006.
- FERTÖ, I.; HUBBARD, L. J. **Competitiveness and comparative advantage in Hungarian agriculture**. Budapeste, Hungria: Institute of Economics Hungarian/Academy of Sciences, 2001. (Discussion Papers, 2001/2). Disponível em: <<http://econ.core.hu/doc/dp/dp/mtdp0102.pdf>>. Acesso em: ago. 2006.
- HOEN, A. R.; OOSTERHAVEN, J. (2004). **On the measurement of comparatdvantage**. Disponível em: <<http://som.eldoc.ub.rug.nl/FILES/reports/themC/2004/04C11/04c11.pdf>>. Acesso em: ago. 2006.
- LAFAY, G. **Avantage comparatif et compétitivité. Economie Prospective Internationale**, Paris, n. 29, 1. trim., p. 39-52, 1987.
- \_\_\_\_\_. et al. **Nations et mondialisation**. Paris: Economica, 1999. cap. 3.
- LAURSEN, K. **Revealed comparative advantage and the alternatives as measures of international specialization**. Copenhagen - Dinamarca, Dec. 1998. (DRUID Working Paper, n. 98-30). Disponível em: <<http://www.druid.dk/>>.
- OMAIRI, L.; VIALTA, A.; LERAYER, A. L. S. Reflexões sobre a sazonalidade da produção leiteira no Brasil. **Indústria de Laticínios**, São Paulo, v. 6, n. 37, p. 52-54, jan./fev. 2002.
- SILVA, V.; ANEFALOS, L. C.; REIS FILHO, J. C. G. dos. Indicadores de competitividade internacional dos produtos agrícolas e agroindustriais brasileiros, 1986-1998. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 48, t. 1, p. 69-88, 2001.
- \_\_\_\_\_. et al. **Diagnóstico da estrutura produtiva dos pequenos produtores de leite no estado de São Paulo**. São Paulo: SEBRAE, 2003.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO-MDIC/SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR-SECEX. **Estatísticas de comércio exterior**. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/alice.asp>>. Acesso em: jun. 2006.
- VOLLRATH, T. L. **Competitiveness and protection in world agriculture**. United States, Washington, D. C., Economic Research Service/Department of Agriculture, July 1989. (Information Bulletin, n. 567).
- \_\_\_\_\_. A theoretical evaluation of alternative trade intensity measures of revealed comparative advantage. **Review of World Economics (Weltwirtschaftliches Archiv)**, Kiel, Alemanha, v. 127, n. 2, p. 265-279, 1991.

Recebido em 18/10/06. Liberado para publicação em 22/12/06.